



Servidores públicos cobram regras para negociação coletiva

Sindicalistas e representantes do governo discutiram ontem na CDH projetos de lei que regulamentam o direito de greve para o funcionalismo

Lia de Paulo/Agência Senado



Segundo Paulo Paim (4º à esq., na mesa), que coordenou o debate na CDH, não há desculpa para que o direito de greve do servidor não tenha sido regulamentado

Entre os pontos polêmicos que atrasam a votação, estão o quantitativo mínimo em paralisações e a antecedência do aviso para a deflagração da greve. “O direito deve ser igual para todos”, disse Daro Piffer, do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado. Sérgio Mendonça, do Ministério do Planejamento, afirmou que o tema é complexo porque envolve servidores federais, estaduais e municipais. **3**

Senado entrega hoje Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz 2

Oposição vai discutir estratégia para criar CPI da Petrobras 7

João Agripino é citado como exemplo de homem público em sessão solene 2

MP sobre socorro para desastre está em pauta

Comissão mista sobre a medida deve votar hoje texto que dispensa apresentação de projeto de estado e município em risco ou atingido por catástrofes naturais, facilitando a liberação de verbas. **6**

Enchente do Rio Madeira, no Acre: MP agiliza a liberação de recursos para recuperar áreas atingidas



Josaniir Melo/Secom Acre



Comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964 no Rio de Janeiro questionava latifúndios e pedia reforma agrária

Debate sobre terras antecedeu golpe de 64

Pouco antes da queda do então presidente da República João Goulart, que deu início a ditadura militar, em 1964, a realização de uma ampla reforma agrária motivou debates entre parlamentares. Projeto aprovado pelo Congresso contrariava o governo. **8**

especial Cidadania

Linguagem fácil explica o Orçamento ao cidadão

Vídeos produzidos pelo Senado explicam de modo lúdico o orçamento público e fazem sucesso

na internet. Material tem sido empregado como apoio didático por instituições de ensino. **4 e 5**



Reprodução

Os vídeos foram lançados há pouco mais de um ano no site do Senado



Em pé, Ruy Carneiro, José Agripino, Cássio Cunha Lima e João Agripino Maia cantam o Hino Nacional durante a sessão

João Agripino recebe homenagens no centenário

Líder político paraibano foi lembrado como homem público íntegro e honesto, em sessão solene do Congresso. Apoio inicial ao regime militar não impediu críticas aos rumos tomados, segundo oradores

EM SESSÃO SOLENE do Congresso que celebrou o centenário de nascimento do ex-senador João Agripino (1914-1988), ontem, o homenageado foi descrito como íntegro e progressista. Os trabalhos foram presididos por José Agripino (DEM-RN), sobrinho do homenageado.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), que sugeriu a homenagem com o deputado federal Ruy Carneiro (PSDB-PB), disse que o líder paraibano, que foi governador do estado, era identificado com o desenvolvimento e com a separação de público e privado.

— Agripino era pouco afeito ao clientelismo. Nem os adversários políticos duvidavam da honestidade — afirmou.

Cássio contou que, mesmo tendo apoiado o movimento militar, mais de uma vez o homenageado reagiu contra ordens. Também lembrou que, num ato público de inconformismo, Agripino teria feito questão de visitar

Ronaldo Cunha Lima, pai de Cássio, logo depois da medida arbitrária que também afetou o contrerrâneo.

José Agripino revelou que o tio foi seu modelo de homem público. Reforçou que o homenageado era de uma “probidade irretocável” e que, como governador, desempenhou as funções com tanto empenho e sucesso que conseguiu “enobrecer o cargo”. — Naquele momento se instalou um sentimento especial entre seus contrerrâneos, que batiam no peito para dizer “eu me orgulho de ser paraibano” — afirmou o senador.

Cícero Lucena (PSDB-PB) disse que o político paraibano “trazia a política no sangue”, tanto pela vertente paterna como materna. Entre outros, citou o pai do homenageado, João Agripino de Vasconcelos Maia, deputado estadual por cinco legislaturas consecutivas (1915-1930). Cícero e outros oradores citaram episódios de destemor frente aos militares,

como uma entrevista em que criticou a escolha do general Costa e Silva para o cargo de presidente da República.

Cristovam Buarque (PDT-DF) destacou as contribuições de Agripino em favor de Brasília, como a estabilidade de quem trabalhou na construção da capital, que passou a fazer parte do quadro efetivo da Novacap após a inauguração.

Um dos pronunciamentos foi feito pelo filho do homenageado, João Agripino de Vasconcelos Maia, que lembrou que o pai apoiou o golpe por ser opositor do então presidente João Goulart, mas logo começou a se manifestar contra os rumos do regime. Destacou que a Organização dos Estados Americanos (OEA) reconheceu a Paraíba como o estado nordestino com os melhores serviços de abastecimento e saneamento ao fim do governo.

Também participaram da sessão Elvira Maria Santos Lima, filha de Agripino, e netos.

Cristovam critica falta de investimentos em ciência e tecnologia

O Brasil tem desperdiçado recursos em ciência e tecnologia e investe de forma insuficiente e incorreta no setor, disse Cristovam Buarque (PDT-DF). Como exemplo, o senador citou a participação de satélites da China, França, Índia e outros países na busca do avião da Malásia desaparecido.

— A busca não contará com o Brasil porque o país não tem investido em ciência e tecnologia, que são a base de qualquer economia que queira estar sintonizada com o futuro. E não vamos ter futuro se continuarmos produzindo bens primários e importando bens de alta tecnologia.

Aviso sonoro em ligação entre operadoras vai a votação final na CCT

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) vota hoje em turno suplementar o projeto que obriga as companhias telefônicas a emitirem um sinal sonoro se a ligação for para número fixo ou móvel de operadora diferente, com custo diferenciado na ligação.

O PLS 343/2012, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), foi aprovado em primeiro turno na forma do substitutivo de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e tramita em caráter terminativo.

A CCT deve avaliar também o PLS 289/2013, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), que exige maior divulgação sobre as obras e serviços públicos licitados e em andamento, e projeto que declara como Patrimônio Cultural Imaterial do país o programa de rádio *A Voz do Brasil*.

Comissão decide sobre residência pedagógica obrigatória

A realização de uma residência pedagógica, semelhante à residência médica oferecida aos estudantes de medicina, pode tornar-se obrigatória para a formação dos professores de educação básica. É o que prevê o projeto do senador licenciado Blairo Maggi (PR-MT) que será votado hoje em decisão terminativa na Comissão de Educação (CE).

O relator na CE, Cyro Miranda (PSDB-GO), apresentou emenda estendendo o alcance da medida a todo o conjunto de cursos de formação de professores, da creche ao ensino médio, e aumentando o tempo mínimo da residência para 1,6 mil horas. A medida demandará dos professores dedicação integral pelo período de um ano.

Senado entrega Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

Em sessão destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher (8 de março), o Senado promove hoje a entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Criado em 2002, o prêmio já homenageou mais de 50 mulheres com atuação destacada na sociedade, como a presidente Dilma Rousseff, a ex-primeira-dama Ruth Cardoso, a médica Zilda Arns e a farmacêutica Maria da Penha, que inspirou a lei que pune a violência doméstica.

Em 2014, receberão o diploma Cristina Maria Buarque, militante do movimento feminista e secretária da Mulher do governo de Pernambuco; Delaíde Alves Miranda Arantes, ministra do Tribunal Superior do Trabalho Mulher do governo de Pernambuco; a ministra do Tribunal Superior do Trabalho Delaíde Alves Miranda Arantes; a presidente da Liga Roraimense de Combate ao Câncer, Magnólia de Souza Monteiro Rocha; a ex-deputada estadual da Bahia Zezé Rocha; e a presidente da Associação de Pais e Amigos

dos Deficientes Auditivos de Sergipe, Maria Lygia Maynard Garcez Silva.

As mulheres também receberão homenagens na Rádio Senado. Durante todo o dia de hoje, os principais programas da emissora serão apresentados por mulheres e a programação musical será especialmente dirigida a elas.

AGRACIADAS	
	Cristina Maria Buarque , militante do movimento feminista e secretária da Mulher do governo de Pernambuco
	Delaíde Alves Miranda Arantes , ministra do Tribunal Superior do Trabalho
	Magnólia de Souza Monteiro Rocha , presidente da Liga Roraimense de Combate ao Câncer
	Zezé Rocha , ex-deputada estadual da Bahia
	Maria Lygia Maynard Garcez Silva , presidente da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Sergipe

Fotos: Governo de Pernambuco; Fabio Rodrigues Prozano/AB, CCR, Reprodução/Bahia em Foco, Reprodução/Minha Terra e Sergipe

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO PEC dos Recursos**
14h Em análise, proposta que limita o uso de recursos em processos penais.
- PRESIDÊNCIA Sessão do Congresso**
11h Sessão solene do Congresso sobre o Dia Internacional da Mulher; às 12h, recebe o diretor-executivo da Câmara Americana de Comércio, Gabriel Rico; às 12h30, lançamento da *Agenda Legislativa da Indústria 2014*; às 16h, ordem do dia.
- CMA Medicamento fracionado**
8h30 Na pauta, projeto que determina a oferta de medicamento na forma fracionada, conforme a necessidade do consumidor.
- CCT A Voz do Brasil**
9h Projeto que declara como Patrimônio Cultural Imaterial o programa radiofônico *A Voz do Brasil*. Também avalia autorizações para emissoras de rádio e televisão.
- CAE Substituição tributária**
10h Na pauta da comissão, projeto que limita o poder dos estados de adotar a substituição tributária.

- CONGRESSO Dia da Mulher**
11h Sessão solene destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher, com a entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz 2014, no Plenário do Senado.
- CRE/CAE Investimentos**
11h Audiência pública conjunta interativa das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Assuntos Econômicos para ouvir o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, sobre os investimentos do banco no exterior.
- CE Bolsa-atleta**
11h Em análise, proposta que concede aos técnicos de atletas beneficiados pelo Programa Bolsa-Atleta 10% do valor do benefício recebido por seus alunos. E projeto que antecipa para as segundas-feiras feriados que caírem entre terças e sextas-feiras.
- CMO Eleição**
15h Reunião de instalação e eleição da mesa da Comissão Mista de Orçamento, no Plenário 2 da Câmara.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, reunião da **Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**; e, às 11h, **sessão solene** destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Vital lamenta crescimento da violência na Paraíba

Vital do Rêgo (PMDB-PB) citou ontem o programa *Fantástico*, da TV Globo, que no domingo exibiu reportagem que aponta João Pessoa como uma das dez cidades mais violentas do mundo e a terceira mais violenta do Brasil. Maceió e Fortaleza são, respectivamente, a primeira e a segunda no ranking nacional.

De acordo com o senador, outra cidade paraibana, Campina Grande, também figura entre as dez mais violentas do Brasil e aparece em 25º no ranking mundial.

Para Vital, o governo paraibano precisa investir mais em programas de parceria com o governo federal, em estrutura para a polícia militar e em medidas de estímulo para o envolvimento da comunidade com as questões de segurança pública.



O estado deve investir mais em parcerias com a União, avalia Vital

Cícero afirma que João Pessoa virou refém do medo

Cícero Lucena (PSDB-PB) manifestou preocupação com o aumento da violência na Paraíba. Para ele, a capital paraibana se tornou “refém do medo” diante de uma taxa de homicídios que a Organização Mundial da Saúde classifica como epidêmica.

Na opinião do senador, o governador Ricardo Coutinho fez promessas exageradas em relação à segurança pública e procura transmitir uma visão irreal da situação.

— O governador, que prometeu resolver em seis meses, finge que nada está acontecendo. E, em ano eleitoral, intensifica a publicidade sobre uma Paraíba que existe apenas na tentativa de repetir a mentira para que ela se torne verdade.

Cícero ressaltou que concursados da polícia civil aguardam nomeação desde 2008.



Cícero afirma que o governador da Paraíba fez promessas exageradas

Em debate sobre regulamentação do direito de greve dos servidores públicos, sindicalistas afirmam que as paralisações só ocorrem porque não há diálogo suficiente entre o gestor e o funcionalismo



Piffer defende direitos iguais para trabalhadores, ao lado de Paim, Rudinei Marques, Sérgio Mendonça e Rita Maria Pinheiro

Servidores querem mais força para a negociação coletiva

FORTALECER E REGULAMENTAR a negociação coletiva foi a principal reivindicação de representantes dos servidores públicos e de centrais sindicais, ontem, em audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre o projeto que regulamentará o direito de greve no serviço público. Apesar de prevista na Constituição, a garantia nunca foi regulamentada.

Entre os pontos polêmicos que atrasam a votação do projeto, estão o quantitativo mínimo em paralisações, a definição dos serviços essenciais e a antecedência do aviso para a deflagração da greve. Segundo representantes de servidores, a greve ocorre porque não há diálogo entre o gestor e o funcionalismo. Além de regular o direito de greve e a negociação coletiva, o projeto também deve tratar de acordos, dissídios e data-base.

— Hoje fazemos greve e paralisações para termos direito à negociação — disse Rudinei Marques, presidente do Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacon Sindical).

Vice-presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Daro Piffer lembrou que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) dá aos trabalhadores da iniciativa privada o direito de se organizar, negociar e fazer acordos e greves.

— O direito deve ser igual para todos, sob pena de reduzirmos o servidor público a uma subcategoria, inferior à do empregado da iniciativa privada — afirmou Piffer.

A posição foi endossada por outros representantes de servidores. Eles manifestaram preocupação com projetos do Congresso que exigem, durante a greve, pelo menos 60% dos servidores no atendimento à sociedade em atividades consideradas essenciais, como emergências de hospitais, abastecimento de água e energia e coleta de lixo.

O secretário de Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Sérgio Eduardo Arbulo Mendonça, disse que avanços importantes foram obtidos na última década.

— Uma coisa é dizer que eu saí insatisfeito de uma negociação, outra coisa é dizer que a prática deste governo é igual à dos governos anteriores, já que temos 130 termos de acordo assinados em 11 anos — ponderou Mendonça.

Também foram ouvidos na audiência, presidida por Paulo Paim (PT-RS), a presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Rosa Maria Jorge; a diretora-adjunta do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita, Maria Urânia Costa; a assessora do Ministério do Trabalho Rita Maria Pinheiro; e o vice-presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal Floriano Martins de Sá Neto.

Representantes do governo dizem que regulamentação não é fácil

Os representantes do governo concordaram que a discussão passa pela definição de regras sobre negociação coletiva. Sérgio Mendonça lembra, no entanto, que o tema envolve não apenas servidores federais, mas também dos estados e municípios, o que torna a tarefa mais complexa.

— Estamos falando de 10 milhões de trabalhadores, dos quais a grande maioria é regida pelo regime estatutário. A União representa algo em torno de 1,4 milhão de ativos e inativos, excluindo as Forças Armadas. Não basta ter a vontade da presidente para que se consiga regulamentar — disse.

Ele afirmou que há uma orientação de Dilma Rousseff para debater em conjunto os

temas direito de greve, negociação coletiva e organização sindical.

A representante do Ministério do Trabalho, Rita Maria Pinheiro, sustentou que o governo tem se movimentado para regulamentar o direito de greve desde a ratificação pelo país, em 2010, da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1978.

O vice-presidente da Força Sindical Rubens Romão Fagundes disse que o PLS 287/2013, da própria CDH, não é consenso entre os trabalhadores. Relator da proposta, Paim pediu sugestões. O projeto assegura a todos os servidores públicos civis o direito à greve, sem prejuízo do atendimento às necessidades da sociedade.

Segundo Paim, é preciso pressionar o Executivo para tema avançar

O Congresso tem outras propostas sobre direito de greve. O PLS 710/2011, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), está pronto para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O tema é debatido também na comissão mista responsável pela regulamentação dos dispositivos constitucionais.

Segundo Paim, é preciso fazer pressão para avançar.

— Os partidos que ideologicamente mandaram no país durante 500 anos nunca regulamentaram o direito de greve. Isso não é desculpa para que nós, estando no governo, já não tenhamos regulamentado nesses 12 anos — afirmou.

Figueiró critica tratamento aos servidores da PF

Ruben Figueiró (PSDB-MS) pediu ao Ministério do Planejamento uma solução para os servidores da área administrativa da Polícia Federal. Ele disse que há quatro anos o ministério estuda a minuta de um projeto de reestruturação do órgão, mas nada foi feito até agora.

Segundo o sindicato nacional dos servidores da área, a categoria recebe muito pouco e não tem perspectiva na carreira. A autarquia, prosseguiu o senador, conta hoje com apenas 2,4 mil servidores administrativos, o menor contingente desde 1978.

Figueiró acrescentou que, por causa da carência de pessoal, funcionários terceirizados têm feito o trabalho de servidores efetivos e muitos policiais foram desviados para a área administrativa.



Órgão tem menor quadro de servidores desde 1978, diz Figueiró

Senador quer solução para aposentados do fundo Aerus

Paulo Paim (PT-RS) espera que o governo federal resolva logo o problema dos aposentados do Aerus, o fundo de pensão da extinta Varig.

Ele lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) já deu decisão final favorável aos aposentados e que há anos eles esperam o que lhes pertence de direito. Paim lamentou que muitos trabalhadores tenham morrido sem receber seus créditos trabalhistas:

— Nessa altura já são 953 que faleceram sem ver essa situação resolvida, situação que, repito, o Supremo já decidiu. Compete agora ao governo, mediante acordo, acertar os trâmites do pagamento — disse.

Em pronunciamento ontem, Paim também advertiu que a escassez de água pode comprometer a vida na Terra e defendeu o fim do desperdício, principalmente no agronegócio. Segundo afirmou, por trás de uma aparente abundância em todo o mundo, se esconde um dado alarmante: em 2025, cerca de 1,8 bilhão de pessoas não terão acesso à água.

Em pouco mais de um ano, vídeos que explicam de modo simples e lúdico o orçamento público atingiram taxas de aceitação excelentes. Material multimídia criado pela comunicação social do Senado tem sido empregado como apoio didático por instituições de ensino e pode ser usado por deficientes auditivos. Senado vai ampliar a oferta de vídeos pela internet

Animações sobre Orçamento fazem sucesso nas redes

Cintia Sasse

TREZE MESES APÓS o lançamento, o Orçamento Fácil superou a marca das 200 mil visualizações nas redes sociais e pela página www.senado.gov.br/orcamentofacil. É o primeiro material pedagógico desenvolvido pelo Senado com recursos multimídia para ajudar os brasileiros a conhecer o Orçamento do país e as leis que o regem.

— A linguagem usada no projeto é a raiz do seu sucesso — avalia o responsável pela reatualização dos vídeos, Bernardo Ururahy, da Agência Senado e cineasta de formação.

Para quem ainda não sabe, a área de comunicação do Senado (Secom) desenvolveu uma série de animações para explicar de um jeito simples o orçamento público. Por enquanto, são 12 vídeos que, de um modo lúdico, facilitam o entendimento sobre leis orçamentárias, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que deixam de ser uma sopa de letras ao cidadão comum. Os

vídeos mostram como elas são importantes para o dia a dia.

Conhecê-las permite ao cidadão participar não só da elaboração, mas também da sua execução. Isso se chama controle social do orçamento público.

— Os brasileiros precisam se interessar sobre o que é feito com o dinheiro arrecadado aos cofres públicos na forma de impostos, taxas e contribuições. Só assim poderão participar efetivamente do processo orçamentário —, sustenta a consultora de orçamento do Senado Rita Santos, integrante do núcleo do projeto.

Embora focado nos alunos do ensino médio, o que a divulgação nas redes sociais tem demonstrado é que o alcance se estende de jovens com idade superior a 13 anos até idosos com mais de 65 anos. O maior número de acessos está entre os que têm idade entre 35 e 54 anos, como mostra o gráfico ao lado. Outra avaliação possível é a expressiva participação, entre os seguidores do canal, dos que estudam para concurso público. Há, inclusive, quem tem deficiência auditiva. Os vídeos são legendados,

garantindo essa acessibilidade.

Ainda não foi feita pesquisa que consolide o perfil do internauta que utiliza o Orçamento Fácil. No entanto, é possível identificar professores que usam as animações como material didático para auxiliá-los em sala de aula, alunos curiosos, cursinhos pela internet e mesmo presenciais para treinamento e capacitação, servidores públicos, funcionários que trabalham em gabinetes de parlamentares e cidadãos comuns à procura de informações nas redes que possam ajudá-los a entender melhor as mazelas do país em que vivem.

As taxas de aceitação dos vídeos e de fidelização no canal impressionam. A primeira alcança 98,6%.

— Isso quer dizer que de cada 70 pessoas que curtem o vídeo, apenas 1 não gosta — compara o analista de redes sociais Cristiano Lopes, do **Jornal do Senado**.

O indicador de fidelização, ou seja, pessoas que se inscrevem no canal e permanecem como assinantes, também é alto. Atinge 95,4%.

— Qualquer taxa de aceitação e de fidelização acima de 95% em qualquer atividade humana é algo excepcional — avalia Lopes, com a experiência de mais de 15 anos na área de tecnologia da informação (TI).

E qual é o segredo para esse sucesso? Para Ururahy, a inovação do projeto não está no tipo de animação, mas sim no casamento benéfico entre os recursos técnicos e a maneira simples de

explicar conceitos complexos, usando para isso comparações com situações do cotidiano e de fácil compreensão para os cidadãos comuns. Exemplo disso é o cofrinho no formato de um porquinho, daqueles que muitas crianças ganham para aprender a juntar economias, a que o desenhista do projeto, Cássio Costa, do **Jornal do Senado**, recorreu para traduzir o superávit primário.

Esse conceito, que a imprensa já popularizou, indica a economia que o país se compromete a fazer para mostrar aos credores que pode pagar as dívidas. Ou, de um modo mais complicado, é a diferença entre receitas e despesas excluindo o pagamento dos juros da dívida pública. Ou, ainda, é o esforço fiscal para pagar dívida.

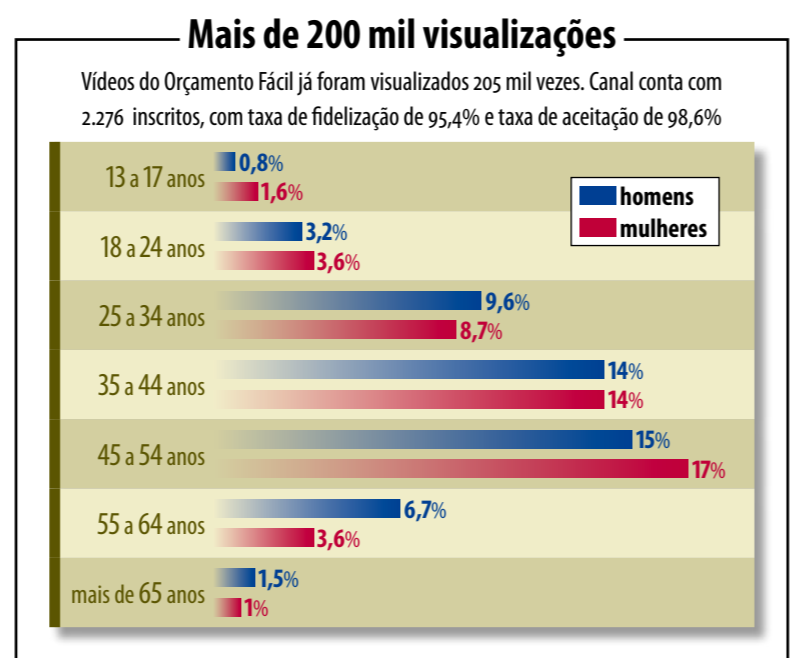
Uma decisão acertada, na avaliação de Ururahy, foi a publicação dos vídeos no YouTube, porque favorece o compartilhamento dos conteúdos e interação com os internautas. Ele lembra que o YouTube é a plataforma mais usada para consumo de vídeo na internet. Do total, 67% das visualizações são diretas pelo YouTube (<http://tinyurl.com/orcamentofacil>). Outros 30% são acessos pelo site do Senado, na página do e-Cidadania, onde está localizado o Orçamento Fácil. E os 3% restantes correspondem a acessos em outros sites que compartilham o link da página.

Levantamento para identificar esses sites revelou que, entre os 25 mais acessados, há institui-

ções públicas de ensino, tanto universidades quanto escolas técnicas e organizações não governamentais (ONGs).

— Isso evidencia que o projeto está focado para a área de educação e conhecimento — ressalta Rita Santos. Iniciativa mais recente que tem se mostrado apropriada para o projeto é o Tumblr, rede social que tem crescido no exterior nos últimos anos e que atrai principalmente jovens e produtores de conteúdo. Ela funciona como uma espécie de meio-termo entre um blog e uma rede como o Twitter, permitindo publicação de fotos, vídeos e textos mais longos.

Por essas características, é um local para divulgar conteúdos mais descontraídos e criativos, ideal para a comunicação com estudantes. O Senado é um dos poucos órgãos públicos presentes nessa rede. Entrou há apenas quatro meses e já é o quarto site que mais gera acessos para os vídeos da série Orçamento Fácil. Eles estão entre os conteúdos mais procurados no Tumblr do Senado.



Conteúdo do site facilita aulas para universitários de ciências contábeis

No noroeste paulista, a pouco mais de 500 quilômetros da capital, em Votuporanga, os alunos de ciências contábeis da principal universidade da cidade, que tem 95 mil habitantes, aprendem as leis orçamentárias federais pelo Orçamento Fácil.

— Minhas aulas ficaram mais animadas. Conseguí participação maior dos alunos e percebo que eles entendem melhor os conceitos — diz a professora Marli Buzzo Sant'Ana.

Desde o ano passado, quando localizou a página pelo Google, ela usa as animações para auxiliar as aulas de contabilidade pública e orçamento. Na grade curricular do curso de contábeis, o tempo de aprendizado da disciplina é pequeno, avalia.

— Os alunos precisam fixar todo o conteúdo em um espaço de 80 horas a 120 horas, sendo que o curso inteiro dura quatro anos — compara.

A professora precisava de material pedagógico que facilitasse e agilizasse o entendimento dos alunos. Encontrou isso no Orçamento Fácil. Passou a usar as noções básicas sobre as leis orçamentárias federais como ponte

para a realidade municipal. Os alunos, conta a professora, ficaram mais motivados e começaram a analisar o que os prefeitos dos 15 municípios de onde vêm estão fazendo na administração. Em fevereiro, Marli pediu que eles entrassem em contato com as áreas de orçamento das prefeituras para elaborar um projeto de lei do Plano Plurianual (PPA).

— Os alunos aprenderam o Orçamento Fácil para que os funcionários dos departamentos entendessem o que precisavam

para o trabalho — exemplifica ela, que trabalha há 14 anos no Centro Universitário de Votuporanga (Unifev).

Para Marli, poucos autores tratam do tema e a maioria dos livros explica só o Orçamento federal.

— Isso confunde muito os alunos. Agora com as animações ficou mais fácil explicar o que ocorre no âmbito federal e as diferenças na esfera municipal.

Admiradora do projeto, a professora usa o Orçamento Fácil nas consultorias que presta a empresas privadas quando precisa explicar conceitos orçamentários de um jeito simples.

Internauta divulga os vídeos e sugere projeto semelhante sobre a Constituição

Morador da periferia de São Paulo, Alex Eufrásio, 41 anos, técnico de informática com ensino médio completo, exemplifica o brasileiro comum que busca informação pela rede para poder opinar e exercer cidadania. Interessou-se por política no final do ano passado e começou a consultar os Portais do Senado e da Câmara para saber como tramitavam os projetos de lei.

— O que se prega não é o voto consciente? Para isso, preciso me informar — afirma. Foi com esse objetivo que se interessou pelo Orçamento Fácil. Localizou as animações pelo YouTube e se tornou fã do projeto.

— Ficou fácil de entender assunto tão complexo. Imagino o trabalho que deu para colocar em linguagem acessível.

Há dois anos, Eufrásio criou uma página intitulada Negopatia para denunciar abusos raciais. No entanto, não se considera um ativista.

— Sou negro e tento exercer minha cidadania, compartilhar do meu pensa-

mentos — define o internauta, que possui 178 seguidores e quase 3 mil visualizações. Eufrásio postou o link do Orçamento Fácil e afirma que alguns dos seguidores dele repassaram. Diz que é avesso a rotulações, como esquerda ou direita.

— Meu negócio é conhecer e divulgar a Constituição e defender o país — declara. Ele já leu duas vezes o texto inteiro da Carta de 1988 e confessa que, no início, não entendia nada.

— Pelo menos 30% dela é de difícil compreensão — calcula. Ele sugere que o Senado faça projeto com a mesma linguagem do Orçamento Fácil para explicar a Constituição. Mesmo com tantos termos jurídicos, o técnico de informática não desanimou. Começou a estudar trechos da Constituição para poder ter argumentos sólidos. Conta que lê bastante, que compra livros em sebos e que frequenta sites de intelectuais. Tenta estimular outros internautas a seguir o exemplo e conhecer a Constituição.

Legendas permitem utilização por deficientes auditivos

Candidato a vaga no setor público, Bruno Lírio, 25 anos, recém-formado em sistemas de informação, mudou-se para Brasília com os pais. Com deficiência auditiva congênita, usa aparelho para surdez desde 1 ano de idade e fez tratamento intensivo de fonoaudiologia até os 16 para aprender a falar. Resolveu estudar para concurso público depois que enviou o currículo para várias empresas e não obteve lugar no setor privado.

Porém, como concursário, também se deparou com novos obstáculos. Os editais exigem conhecimentos específicos sobre orçamento público.

— Comprei material on-line. Mas tive muita dificuldade de entender o texto. Procurei no Google algo que pudesse me ajudar. E, de repente, localizei Senado Federal — Orçamento Fácil. Cliquei no site e os vídeos apareceram, e com legenda — relata Lírio, em entrevista ao **Jornal do Senado** pela internet.

O concursário conta que ficou emocionado com o projeto, que tem lhe ajudado

significativamente nos estudos. — Assisti a todos os vídeos mais de duas vezes e compartilhei com um grupo no Facebook, que está se preparando para o concurso de analista de gestão corporativa da Empresa de Pesquisa Energética — contou.

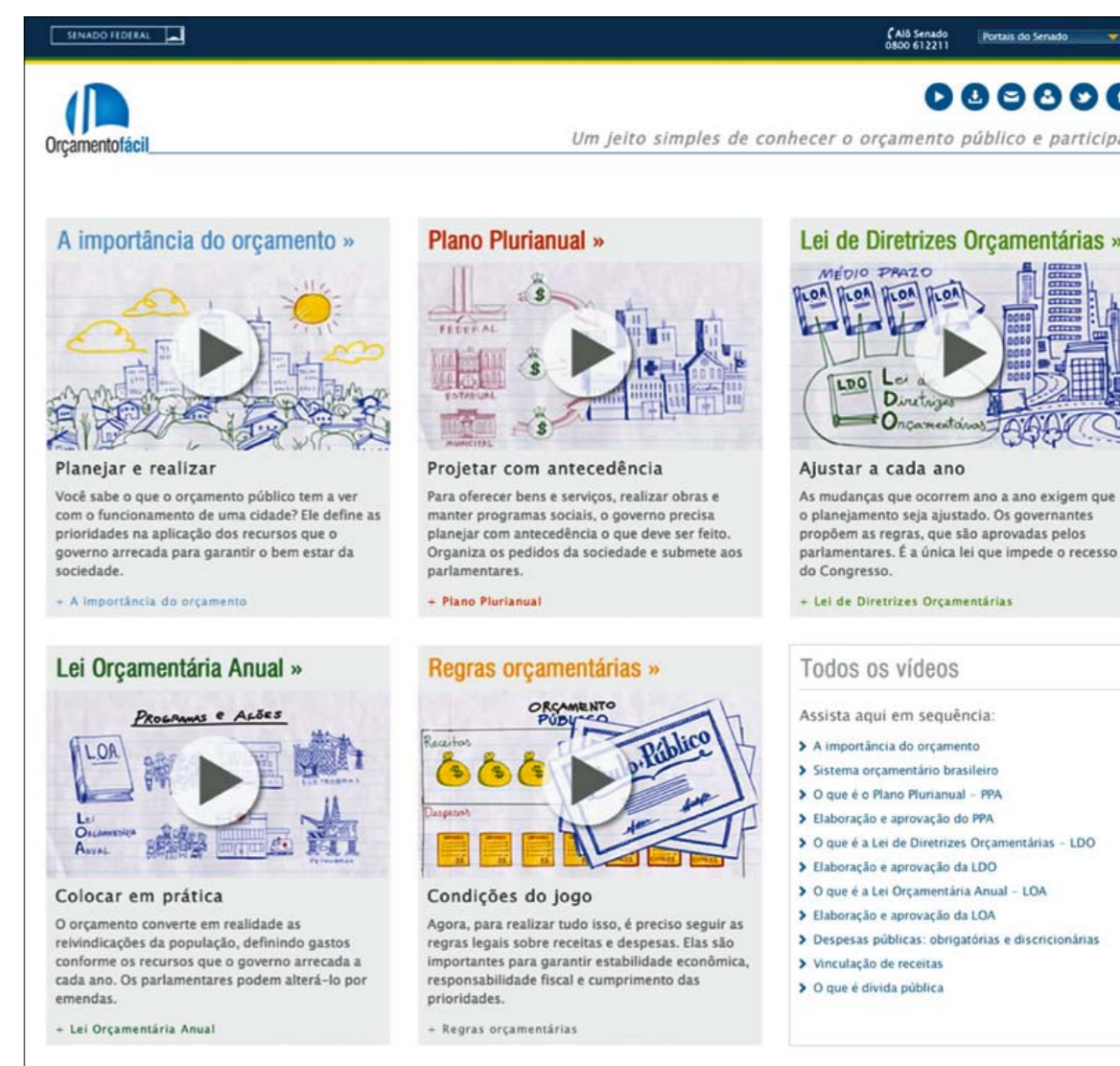
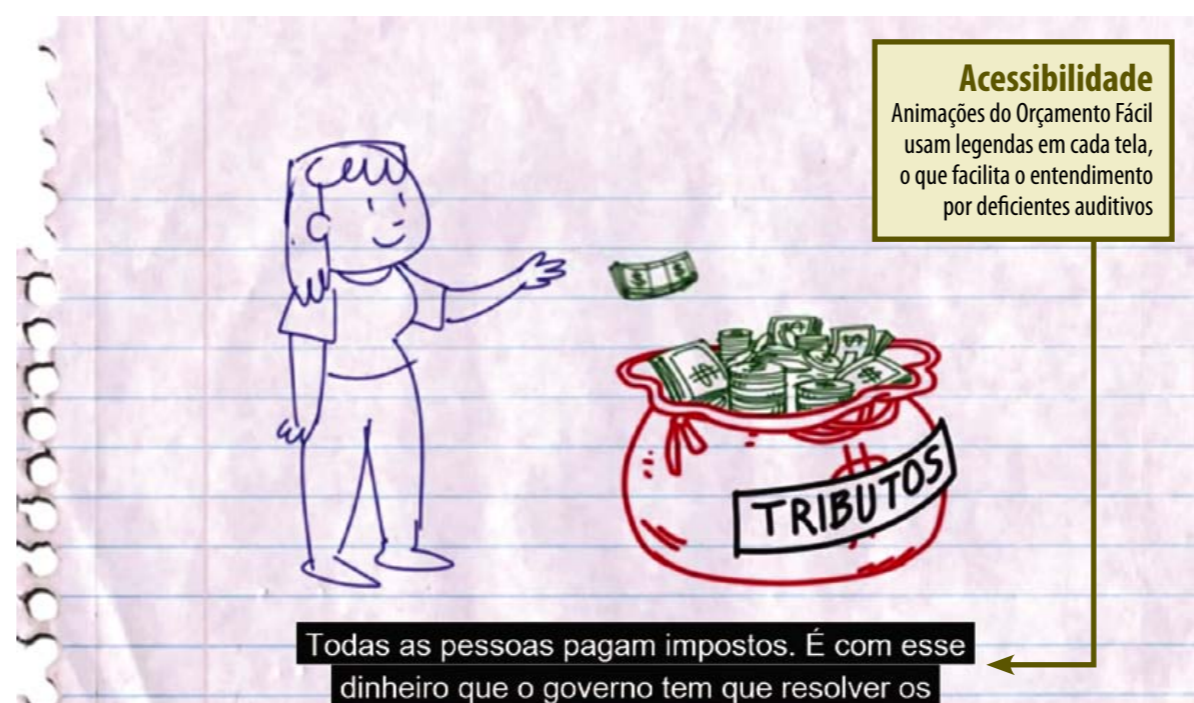
Como no YouTube as legendas já estão disponíveis em barra de rolagem, os vídeos do Orçamento Fácil no site do Senado usam o recurso em cada tela, facilitando o acesso aos deficientes auditivos e a compreensão dos desenhos.

— Assisti a todos os vídeos mais de duas vezes e compartilhei com um grupo no Facebook, que está se preparando para o concurso de analista de gestão corporativa da Empresa de Pesquisa Energética — contou.

Como no YouTube as legendas já estão disponíveis em barra de rolagem, os vídeos do Orçamento Fácil no site do Senado usam o recurso em cada tela, facilitando o acesso aos deficientes auditivos e a compreensão dos desenhos.

— Assisti a todos os vídeos mais de duas vezes e compartilhei com um grupo no Facebook, que está se preparando para o concurso de analista de gestão corporativa da Empresa de Pesquisa Energética — contou.

Como no YouTube as legendas já estão disponíveis em barra de rolagem, os vídeos do Orçamento Fácil no site do Senado usam o recurso em cada tela, facilitando o acesso aos deficientes auditivos e a compreensão dos desenhos.



No endereço www.senado.gov.br/orcamentofacil, o internauta tem acesso aos vídeos e a uma descrição sucinta de cada um deles

Linguagem fácil faz escolas adotarem como material

Capixaba de Colatina, Fabrício Moraes Cunha, 36 anos, conheceu o Orçamento Fácil quando fez um dos cursos a distância da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), intitulado Gestão de Convênios para Convenentes, no primeiro semestre do ano passado.

Como é servidor público na área de licitação e compras, além de ser professor de políticas públicas e coordenador de curso a distância de pós-graduação em gestão pública, ele considera indispensável para o desempenho das atribuições possuir conhecimentos sobre orçamento público.

— As animações me auxiliaram muito no curso que fiz na Enap. A linguagem dos vídeos é fácil e possibilita ao aluno que se aprofunde no assunto posteriormente, por meio da leitura de materiais mais complexos — avalia Fabrício.

Acesso da TV pelo YouTube supera 100 mil visualizações e conteúdo será ampliado

Os internautas também estão aumentando o interesse pela procura no YouTube de conteúdo produzido pela TV Senado. Em 10 meses, os 1.580 vídeos publicados superaram as 100 mil visualizações até meados de março. E, por enquanto, só vão para essa plataforma os vídeos da área de jornalismo e dos programas semanais e mensais. Da média diária de 40 novos vídeos produzidos, apenas 10 são publicados no YouTube.

Essas visualizações compreendem mais de 173 mil minutos assistidos, o que corresponde a 120 dias ininterruptos de programação da emissora, segundo Paulo Sérgio Azevedo, que responde interinamente pela página da TV na internet. E há novidade a caminho.

O Senado, de acordo com Azevedo, está em negociações para firmar parceria com o Google para publicar de modo simultâneo, no YouTube e na página da TV na internet, todo o conteúdo produzido diariamente pela emissora. Isso significa oferecer pelo YouTube os vídeos das sessões plenárias e das reuniões das comissões do Senado, que representam nada

menos do que 63% do total da produção da TV. Eles vão ter acesso também ao acervo de 36 mil vídeos.

A parceria com o Google é necessária, continua Azevedo, porque esses vídeos possuem média de duração de 20 minutos cada um. O sistema de automação do processo já foi desenvolvido pelo setor de engenharia da TV.

Saiba mais

Orçamento Fácil
www.senado.gov.br/orcamentofacil

Canal no Youtube
<http://tinyurl.com/orcamentofacil>

Tumblr do Senado
<http://senadofederal.tumblr.com>

Jeito simples e divertido de acompanhar orçamento
<http://bit.ly/Cidadania418>

Para onde foi o meu dinheiro?
<http://bit.ly/paraOndeFoi>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
www.ifpb.edu.br

Veja esta e outras edições do **Especial Cidadania** em www.senado.gov.br/especialcidadania

Deve ser votada hoje MP que facilita verba após desastres

Texto que será analisado em comissão mista presidida pela senadora Ana Rita dispensa apresentação de projeto de estados e municípios para a recuperação de locais em risco ou atingidos por catástrofes

A COMISSÃO MISTA que analisa a medida provisória sobre transferência de recursos da União para áreas atingidas por desastres (MP 631/2013) vai analisar hoje o relatório do deputado Paulo Foletto (PSB-ES). A votação estava prevista para a semana passada, mas o relator pediu mais prazo.

O texto, editado pela presidente Dilma Rousseff no final do ano passado, dispensa a apresentação de projeto para a recuperação de locais em risco ou atingidos por catástrofes. A União poderá repassar o dinheiro para conta corrente específica ou transferir verbas do Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap) a fundos constituídos pelos estados, Distrito Federal e municípios.

A comissão é presidida por Ana Rita (PT-ES) e tem Lídice

da Mata (PSB-BA) como relatora-revisora. A MP 631/2013 vale até 3 de abril, mas pode ser prorrogada por mais 60 dias.

Outra medida provisória, a que facilita pagamento de dívidas de assentados da reforma agrária (MP 636/2013), volta a ser discutida amanhã em outra comissão especial. A audiência da semana passada foi suspensa para que mais debatedores sejam ouvidos.

A MP 636 institui linha especial de crédito para famílias incluídas no Programa Nacional de Reforma Agrária e permite ao assentado quitar débitos assumidos para construção e reforma de habitações rurais com condições de pagamento semelhantes às atuais regras instituídas pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que integra o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Na semana passada, parlamentares e representantes do movimento social agrário defenderam mudanças na MP. Uma das propostas é o fim da exigência da transferência da titularidade da terra como condição para ter direito à propriedade da casa construída.

Para a audiência de amanhã, foram convidados representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário; o secretário da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, Sergio Roberto Lopes; o diretor da Companhia Nacional de Abastecimento João Intini; o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Carlos Guedes; e o coordenador-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, Marcos Rochinski.



Anibal diz que benefícios da rodovia eram impensáveis há pouco tempo

Anibal destaca papel da BR-364 para abastecer Rio Branco

Anibal Diniz (PT-AC) informou que, embora o nível do Rio Acre já tenha começado a se normalizar, a BR-364, que liga Rio Branco a Porto Velho, segue inundada devido às cheias do Rio Madeira, em Rondônia. Segundo ele, o abastecimento da capital acriana é feito por outro trecho da rodovia, que vai de Cruzeiro do Sul (AC) a Rio Branco.

O combustível, por exemplo, chega da cidade de Cruzeiro do Sul por embarcações que trafegam pelo Rio Juruá, vindas de Porto Velho e de Manaus, explicou Anibal.

— Isso era praticamente inimaginável poucos anos atrás e hoje temos dezenas de carretas saindo de Cruzeiro do Sul e conseguiu-se dessa maneira evitar um colapso na cidade.

Anibal também comemorou o êxito da inauguração do Centro Tecnológico de Produção de Alevinos do Juruá, que vai transformar o Acre num polo produtor de peixes.



Expansão urbana põe em risco futuro do abastecimento, avalia Rollemberg

Rollemberg alerta para risco de criação de cidades no DF

Em pronunciamento ontem, dois dias depois da celebração do Dia Mundial da Água, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) acusou o governo do Distrito Federal de atender a interesses financeiros e apoiar a aprovação de projeto que permite a criação de duas novas cidades em áreas sensíveis de proteção ambiental, onde há nascentes de rios que abastecem a região de Brasília.

Uma das cidades pode ter cerca de 900 mil moradores, população maior que a de nove capitais. E, além de causar danos ao meio ambiente, o empreendimento pode, segundo o senador, piorar a qualidade de vida da população no Distrito Federal.

Rollemberg lembrou que Brasília vai sediar o Fórum Mundial da Água, em 2018, e, por isso, não entende que, mesmo recebendo um evento desse porte, o governo continue apoiando a ocupação irregular do solo, que compromete a qualidade da água.



Liberção de recursos para socorro a vítimas da cheia no Acre e em Rondônia (foto), por exemplo, pode ser desburocratizada

Comissão analisa projeto que limita carga tributária de microempresas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá votar hoje projeto que limita o poder dos estados de adotar a substituição tributária, mecanismo de arrecadação que obriga o contribuinte a pagar o imposto devido pelos clientes ao longo da cadeia de comercialização.

A ampliação dessa modalidade de cobrança anula, na prática, o tratamento diferenciado das microempresas, previsto na Constituição

e na Lei Complementar 123/2006, como observa o relator da proposta, Armando Monteiro (PTB-PE).

A fim de frear “critérios arbitrários” para a definição da substituição tributária, o relator limitou a 18 a pauta dos produtos sujeitos a esse tipo de recolhimento de impostos. São itens sobre os quais “já existe consenso”, como cigarros, refrigerantes, cervejas e autopeças, entre outros.

Para Ana Amélia, Congresso precisa discutir reajuste da tabela do IR

O pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de reajuste na tabela do Imposto de Renda de acordo com a inflação (a defasagem é de 61,24%, segundo a OAB) foi defendido por Ana Amélia (PP-RS). A senadora lamentou a decisão do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), de não conceder liminar favorável à OAB.

Barroso decidiu levar a ação da OAB diretamente ao Plenário do STF sem

examinar o pedido de liminar. Por outro lado, segundo Ana Amélia, o atraso na decisão do STF é uma oportunidade para o Congresso debater o tema. A senadora apresentou, no começo do ano, um projeto que corrige a tabela do IR a partir de 2015 (PLS 2/2014).

A proposta prevê que, a partir de 2015, a tabela de desconto do IR seja corrigida pela variação do INPC acumulada no ano anterior. A proposta tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

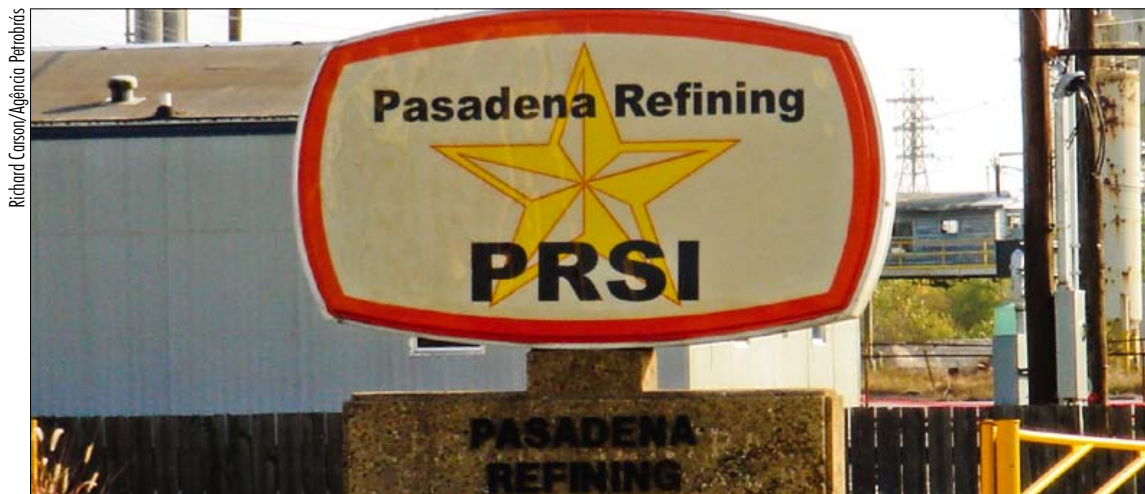
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



O negócio da compra da Refinaria Pasadena, com prejuízo estimado em R\$ 1 bilhão, é o motivo principal para criação da CPI

Oposição conta com dissidentes para criar CPI

Líderes opositores se reúnem hoje para avaliar a possibilidade de instalação de uma comissão parlamentar para investigar denúncias na Petrobras. Governistas dizem que CPI é estratégia para privatização da empresa

OS PARTIDOS DE oposição se articulam para conseguir a adesão dos dissidentes da base do governo para criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a compra pela Petrobras de uma refinaria em Pasadena (Estados Unidos).

Para criar uma CPI mista, são necessárias assinaturas de 171 deputados e 27 senadores. O tucano Alvaro Dias (PR) reconhece que a oposição, embora “numericamente insignificante”, vem sendo cobrada por uma atuação mais veemente.

— Se nós não tivermos dissidentes do governo, não instalaremos a CPI, mas é o nosso dever tentar — disse.

Líderes da oposição no Senado e na Câmara reúnem-se hoje, às 15h, no gabinete de Aécio Neves (PSDB-MG).

— Uma CPI tem o poder de quebrar sigilos fiscais, telefônicos, bancários, ouvir depoimentos, produzir notícias e constatações rápidas — lembrou o líder do DEM, José

Agripino (RN), para quem uma CPI neste momento responde à indignação da sociedade.

Denúncias

Além do prejuízo com a compra da refinaria em Pasadena, a oposição também quer investigar denúncias envolvendo a Petrobras desde 2005. É o caso do calote da Venezuela, que deixou de pagar a parte dela, 40% dos recursos, no acordo com o Brasil para investimento de US\$ 20 bilhões na Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

Na lista, também aparecem denúncias de superfaturamento de usinas brasileiras e de construção de navios, até as recentes revelações da Operação Lava Jato, da Polícia Federal, que desvendou esquema de lavagem de dinheiro e resultou na prisão de Paulo Roberto Costa, diretor da Petrobras.

Eduardo Braga (PMDB-AM), líder do governo no Senado, afirmou que o Planalto apoia a apuração das falhas com absoluta transparência, com

a aprovação de requerimentos apresentados pelos tucanos Aloysio Nunes Ferreira (SP) e Alvaro Dias para que o TCU e a Controladoria-Geral da União (CGU) informem ao Senado todos os atos praticados pela Petrobras.

No entanto, a maior parte dos governistas no Congresso aponta interesse eleitoreiro na criação da CPI. Para a petista Gleisi Hoffmann (PR), trata-se de uma investigação política, e não técnica.

— Estamos num ano eleitoral e a oposição está se utilizando desse assunto para tentar fazer uma discussão de ordem política — assinalou a parlamentar, que também vê na CPI uma possível estratégia do mercado da Petrobras e de seus acionistas para a privatização da estatal.

Jorge Viana (PT-AC) também atribui as denúncias ao crescimento da empresa e acusa a oposição de fazer uma campanha contra a Petrobras, que, lembra, é um patrimônio brasileiro.

Gleisi condena oposição por querer CPI para Petrobras

Gleisi Hoffmann (PT-PR) criticou ontem o interesse da oposição na criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a compra de uma refinaria nos Estados Unidos que deu prejuízo de mais de R\$ 1 bilhão à Petrobras.

Ela afirmou que a criação da CPI é apenas uma forma de a oposição fazer política eleitoral para atingir a presidente Dilma Rousseff, já que, na época da compra, era ela quem presidia o Conselho de Administração da Petrobras. A senadora explicou que a compra já está sendo investigada pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas da União, não sendo necessária uma investigação política.

Investigar compra de refinaria é indispensável, diz Alvaro



Pedro França / Agência Senado

Alvaro Dias (PSDB-PR) considera inevitável a criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar

a compra de uma refinaria nos Estados Unidos que deu prejuízo de mais de R\$ 1 bilhão à Petrobras.

Segundo o parlamentar, a população está indignada e o Congresso não pode ficar assistindo ao surgimento de escândalos envolvendo a empresa sem nada fazer.

O senador observou que a CPI ofereceria oportunidade de um grande debate sobre a Petrobras, que ele considera imprescindível.

Agripino defende investigação sobre prejuízo da estatal



Pedro França / Agência Senado

Em pronunciamento ontem, José Agripino (DEM-RN) disse que o brasileiro está indignado e quer que os parlamentares façam algo a respeito

da compra, pela Petrobras, de uma refinaria em Pasadena, nos Estados Unidos, que deu um prejuízo bilionário à empresa.

Segundo Agripino, o povo quer saber se foi um mau negócio ou se alguém está mentindo a respeito da operação. O povo se sente lesado porque a Petrobras, assim como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, é um bem que o brasileiro tem como seu, explicou o senador.

Relatório que amplia regime simplificado pode ser votado hoje

O relatório da Medida Provisória (MP) 630/2013, que trata do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), poderá ser votado hoje à tarde, em reunião da comissão mista que analisa o texto. O parecer de Gleisi Hoffmann (PT-PR), lido dia 12, estende o RDC para todas as licitações e contratos da União, estados e municípios. A votação do texto já foi adiada várias vezes.

O RDC prevê prazos mais curtos e procedimentos simplificados para a contratação de obras e serviços de engenharia pela administração pública. O texto inicial enviado pelo governo previa que o regime especial fosse ampliado apenas para obras do sistema prisional.

A senadora acolheu 4 das 30 emendas apresentadas para ampliar o alcance do regime. “Se nós experimentamos o RDC em 2012 e 2013 e ele está reduzindo tempo e custo das contratações, por que vamos sacrificar a administração e esperar uma discussão?”, questiona a relatora.

Descontrole

O deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) criticou a ampliação do alcance do RDC.

Ele lembrou que o regime, de início, era exclusivamente para garantir a execução mais rápida das obras da Copa do Mundo.

— Agora, vai ficar tudo na decisão discricionária do administrador. Esqueça o controle no Brasil — reclamou o parlamentar.

Segundo ele, o RDC fragiliza a fiscalização das licitações e não há razões para ser estendido.

RDC

O RDC foi criado para aplicação nos projetos ligados à Copa do Mundo de 2014 e aos Jogos Olímpicos de 2016. Atualmente, pode ser usado para licitações e contratos federais, inclusive convênios com estados e municípios, em obras e serviços:

- dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos
- da Copa das Confederações e da Copa do Mundo
- para aeroportos até 350 km distantes das cidades-sede
- do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)
- do Sistema Único de Saúde (SUS)
- dos sistemas públicos de ensino
- da reforma, modernização, ampliação ou construção de unidades armazenadoras da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)
- de serviços no âmbito do Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária



Pedro França / Agência Senado

Gleisi argumenta que o RDC vem reduzindo tempo e custo das contratações

Nova composição da Comissão de Orçamento inicia trabalhos

A composição para 2014 da Comissão Mista de Orçamento (CMO) será instalada hoje, às 15h. Em seguida, os parlamentares indicados para compor o colegiado elegerão a mesa da CMO.

A presidência da comissão, que este ano cabe a um deputado, deverá ser ocupada por Devanir Ribeiro (PT-SP). Os relatores da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) serão senadores.

A CMO é composta de 46 titulares (34 deputados e 12 senadores), com igual número de suplentes. A distribuição das vagas segue o critério da proporcionalidade, baseada no tamanho das bancadas. PT e PMDB têm maior número de integrantes. A composição da comissão e a forma de

trabalho estão previstas na Resolução 1/2006 do Congresso.

A norma prevê a instalação da CMO e a eleição da mesa para 2014 até a última terça-feira de março, data em que termina o mandato dos membros que atuaram em 2013. É vedada a designação de parlamentares titulares ou suplentes que tenham integrado a comissão anterior.

A CMO é responsável por analisar projetos que definem os gastos do Executivo, avaliar como esses recursos são aplicados e apontar eventuais irregularidades. A comissão vota o Plano Plurianual, a LDO e a LOA, dá parecer às medidas provisórias que tratam de créditos orçamentários extraordinários e emite parecer sobre as contas do presidente da República.

Latifúndio improdutivo era o alvo das reformas anunciadas por João Goulart, segundo senadores governistas da época, mas norma de desapropriação inviabilizou a medida

Documentos Revelados



Ligas Camponesas ganharam corpo durante a década de 60, sob organização do Partido Comunista Brasileiro

Senado debateu reforma agrária antes do golpe de 64

Valter Gonçalves Jr.



UMA DAS PRINCIPAIS bandeiras do então presidente da República João Goulart (1919–1976), a reforma agrária esteve no centro do embate político que antecedeu o golpe de 1964. Pouco antes da queda de Jango, que deu início a 21 anos de ditadura militar, a realização de uma ampla reforma agrária motivou debates entre senadores.

“O único objetivo é desapropriar o latifúndio improdutivo”, argumentava no Plenário, no dia 4 de março, o então senador pelo Amazonas Arthur Virgílio, líder do PTB, partido de Jango, tranquilizando os fazendeiros que estivessem produzindo. “Mas uma atitude que não encontrará meios de recuar é a de alcançar essas terras que não merecem respeito, que são esse latifúndio nocivo ao país, que é motivo de atraso à nação. O latifúndio antissocial, anti-humano”, afirmou.

A proposta de Jango estava ancorada em uma mudança constitucional que permitiria a desapropriação de terras com pagamento a longo prazo, na forma de títulos da dívida agrária. Mas deputados e senadores derrotaram o governo e mantiveram a norma segundo a qual as desapropriações para reforma agrária seriam efetuadas mediante pagamento antecipado em dinheiro. Na prática, isso inviabilizava o programa de reforma

agrária, dado o alto custo.

Em 1964, segundo o IBGE, o número de brasileiros era de 79,8 milhões, sendo 33 milhões na zona rural. A produção agrícola, porém, não atendia plenamente o mercado interno, devido aos latifúndios. O trabalhador rural vivia situação de penúria. Nesse clima, crescia o clamor por reforma agrária. As Ligas Camponesas, organizadas pelo PCB após o governo Vargas, ganhavam corpo sob a liderança do pernambucano Francisco Julião (1915–1999). Julião foi eleito deputado em 1962. No outro lado, estavam grandes proprietários de terras, incluindo parlamentares.

Discurso na Central

Na queda de braço com o Congresso, Jango buscou apoio popular, e no dia 13 de março de 1964, no Comício das Reformas, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, anunciou, em discurso para 200 mil pessoas, a desapropriação de terras às margens de rodovias, ferrovias, açudes públicos federais e as beneficiadas por obras de saneamento. “Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado. Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro”, disse Jango.

No Congresso, o clima esquentou ainda mais. O comício foi encarado por parlamentares de oposição como sinal de que o governo decidira partir para o confronto. “Se por trás do presidente da República es-

tao elementos conturbadores, provocadores e agitadores, que pretendem levar o presidente da República à campanha de descrédito do Congresso, tudo isso excede os limites, atenta contra o regime, põe em risco o regime democrático, como se fosse um plano inclinado, no qual, após meio caminho, ninguém pode retornar”, discursou no dia 17 de março de 1964 o então senador João Agripino, da UDN da Paraíba.

“O presidente da República violou a Constituição, violou a lei”, bradou no dia 18 o então senador Daniel Krieger, da UDN de Santa Catarina, sob o argumento de que Jango fizera um comício em área não permitida pelo então governo da Guanabara. No dia 30 de março, o senador por Minas Gerais Eurico Rezende, também da UDN, chamava Jango de “carbonário”, por sua posição “no terreno da reforma agrária”, que o afastaria de seu patrono político, Getúlio Vargas (1882–1954), do qual fora ministro do Trabalho e que seria favorável “a uma reformulação da estrutura fundiária, mas sem alteração da Constituição de 1946”.

Do outro lado, Arthur Virgílio usava toda sua verve para defender João Goulart, a proposta do governo e o então deputado Leonel Brizola (1922–2004), taxado pelos udenistas de “subversivo”. Arthur Virgílio, pelo contrário, acusava a UDN de pregar contra a democracia. Mas o caminho do golpe de estado no Brasil já estava delineado.

Lei de Finanças Públicas está em vigor há 50 anos

Augusto Castro

A Lei de Finanças Públicas (Lei 4.320/1964) completou 50 anos de vigência na semana passada. A legislação instituiu normas gerais de contabilidade pública que, até hoje, servem como diretrizes para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços da União, estados, municípios, Distrito Federal e respectivas autarquias e fundações. Fixou, por exemplo, procedimentos uniformes para o orçamento público em todas as esferas do governo, padronizando a classificação de receita e despesa. A Lei 4.320/1964 também é conhecida como Lei Geral de Orçamentos, Lei de Normas Gerais de Direito Financeiro ou ainda Lei de Contabilidade Pública.

O projeto foi apresentado na Câmara pelo então deputado federal Berto Conde em 4 de maio de 1950 — quando Eurico Gaspar Dutra era o presidente da República — como PL 201/1950. Aprovado pelos deputados em 1952, o projeto chegou ao Senado no mesmo ano (PLC 38/1952), mas só foi aprovado pelos senadores dez anos depois.

A lei foi sancionada pelo então presidente João Goulart em 17 de março de 1964, quatro dias depois do célebre Comício das Reformas e duas semanas antes de Jango ter o mandato presidencial interrompido pelo golpe civil-militar que implantaria uma ditadura de 21 anos no Brasil.

Com 115 artigos, a Lei de Finanças Públicas foi consi-

derada revolucionária à época da sanção e teve dispositivos alterados poucas vezes desde então, a última delas em maio de 1982. Ela foi recepcionada como lei complementar pela Constituição de 1988.

Já no artigo 2º, ela estabeleceu três dos princípios básicos da lei orçamentária: unidade, universalidade e anualidade. Ou seja, só pode haver um único Orçamento da União, que valerá de 1º de janeiro a 31 de dezembro, e que conterà todas as receitas previstas e todas as despesas fixadas. Em seguida, a lei trata com minúcia sobre os tipos de receita e de despesa; conteúdo, forma e elaboração da proposta orçamentária; créditos adicionais, execução do Orçamento e controle interno e externo dessa execução; contabilidades orçamentária, financeira, patrimonial e industrial, entre outros.

Restos a pagar

Na terça-feira passada, ao participar de seminário sobre os 50 anos de vigência, o presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu a atualização da lei, para adequá-la a normas posteriores, como a Lei de Responsabilidade Fiscal. O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, e o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, no mesmo seminário, também defenderam o aprimoramento da norma. Tanto Renan quanto Mendes criticaram o montante de restos a pagar, rubrica orçamentária que aumenta ano após ano.



Em vigor até hoje, Lei de Finanças foi sancionada por Jango pouco antes do golpe

Coutinho fala hoje sobre financiamentos do BNDES no exterior

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, comparece hoje ao Senado para falar sobre os financiamentos do órgão em projetos de infraestrutura no exterior, nos setores rodoviário, aeroportuário,

hidroviário e de logística.

Com início às 11h, a audiência interativa será realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). O debate foi requerido por José Pimentel (PT-CE) e por Ana Amélia (PP-RS).

Na opinião de José Agripino (DEM-RN), o BNDES tem muitas explicações a dar, uma vez que os recursos recebidos do Tesouro são emprestados pelo banco a juros baixos e os investimentos nem sempre podem ser considerados exitosos.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 11h

▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania	▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
▶ Tempo real: http://bit.ly/CAEbnDES	▶ Tempo real: http://bit.ly/CAEbnDESAS
▶ Facebook: eCidadaniaSF	▶ Facebook: alosenado
▶ Twitter: @e_cidadania #CAESenado #BNDES	▶ Twitter: @AloSenado
▶ TV: www.senado.leg.br/TV	▶ Alô Senado: 0800 612211